

Eliminação da 851 será feita em três etapas, acompanhando o "jumbo"

por Sônia Jourdan
de São Paulo

O Banco Central realizou em São Paulo, na sexta-feira, a terceira de uma série de reuniões que vem promovendo para discutir com os gerentes de câmbio a mecânica a ser implantada para eliminação gradual da Resolução nº 851. Por força de cláusulas incluídas nos quatro projetos da fase 2 da renegociação externa brasileira, o Banco Central está proibido de manter qualquer instrumento que impeça a livre remessa de divisas a partir do desembolso da primeira parcela do empréstimo-**"jumbo"** de US\$ 6,5 bilhões concedido pela comunidade credora privada.

Assim, a liberação dos depósitos feitos pelos bancos no âmbito da Resolução nº 851 — que centralizou o câmbio — será feita em três fases com intervalos de sete dias a partir da entrada no País da primeira remessa por conta do **"jumbo"**. A previsão é de que isso aconteça por volta de 15 de março, disseram a este jornal alguns gerentes de câmbio que participaram da reunião, observando a coincidência entre esta data e a prevista para a remessa da primeira tranche de crédito do Fundo Monetário Internacional.

Para eles, é um sinal de que o Banco Central ainda tem dúvidas a respeito das reais possibilidades de os credores privados desvincularem seus desembolsos do cronograma do FMI, concordando em liberar as três prestações de US\$ 1 bilhão da primeira tranche de US\$ 3 bilhões do **"jumbo"**, antes do **"waiver"** (perdão) do Fundo, pelo Brasil ter fechado 83 com acúmulo de atrasados cambiais.

Os representantes do Bradesco na reunião, Afonso Cardoso, Wilson Braga e João Batista Soares — gerentes e diretor de câmbio,

Os juros pagos pelos depósitos

O Banco Central avisou os bancos que alguns deles terão seus processos de depósito da 851 reavaliados porque foram constatados erros de lançamento e codificação. Quanto aos juros, serão pagos pelo Banco Central de acordo com a Circular nº 804: para obrigações financeiras, a Libor (taxa interbancária de Londres) para três meses em vigor na data do depósito; e para operações comerciais de um ano, a Libor para três meses mais 1,5% ao ano.

respectivamente —, explicaram a este jornal que o Banco Central está submetendo à apreciação dos bancos providências de natureza técnica para a total liberação dos valores e pagamento dos juros sobre os depósitos feitos na 851.

O BC até agora tem feito liberações apenas do principal dos depósitos. Por isso, a promessa de que começará a pagar os juros em 45 dias a contar do primeiro desembolso do **"jumbo"** foi recebida com mais entusiasmo pelos bancos do que a confirmação do fim da 851. Aliás, nesse ponto existe uma certa reserva, manifestada a este jornal por banqueiros e técnicos, no que diz respeito às vantagens da eliminação total da centralização do câmbio. A opinião é de que o governo não deveria abrir mão de um mecanismo tão eficiente de fiscalização do fluxo de caixa. E, na verdade, poucos acreditam que isso aconteça, pois acham mais provável a opção por um esquema alternativo, e não oficial, de controle das remessas de divisas, além da já prevista **"operação pente fino"** nas guias de importação.